

REVISTA TÓPICOS

ECONOMIA CRIATIVA E CAPOEIRA: UMA ANÁLISE DA GERAÇÃO DE RENDA A PARTIR DE UM PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO

DOI: 10.5281/zenodo.15468725

Robson Luiz Magalhães Coutinho¹

RESUMO

Este artigo investiga os desafios da inserção da capoeira na economia criativa brasileira, analisando por que essa manifestação cultural, reconhecida como Patrimônio Imaterial da Humanidade (UNESCO, 2014), permanece subexplorada como vetor de geração de renda e desenvolvimento comunitário. Por meio de revisão bibliográfica qualitativa, articulam-se debates históricos, socioculturais e econômicos para compreender os entraves à profissionalização da prática, como a herança colonial, o racismo estrutural e a falta de políticas públicas efetivas. Discute-se ainda a tensão entre preservação cultural e comercialização, destacando a contradição entre a expansão internacional da capoeira e a sua precarização local. Os resultados apontam que a marginalização histórica, a informalidade das atividades e a desarticulação institucional limitam seu potencial econômico, apesar de sua relevância em setores como turismo, educação e moda. Conclui-se que a integração da capoeira à economia criativa exige políticas intersetoriais, formalização

REVISTA TÓPICOS - ISSN: 2965-6672

REVISTA TÓPICOS

das cadeias produtivas e capacitação de mestres como empreendedores culturais, equilibrando tradição e inovação. O estudo reforça a urgência de reconhecer a capoeira não apenas como símbolo identitário, mas como atividade econômica estratégica para inclusão social e desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Capoeira. Economia criativa. Informalidade econômica.

ABSTRACT

This article investigates the challenges of integrating capoeira into Brazil's creative economy, exploring why this cultural practice, recognized as Intangible Cultural Heritage by UNESCO (2014), remains underutilized as a driver of income generation and Community development. Through a qualitative literature review, the study examines historical, sociocultural, and economic barriers to its professionalization, including colonial legacies, structural racismo, and ineffective public policies. It also addresses the tension between cultural preservation and commercialization, highlighting the contradiction between capoeira's global expansion and its local economic precarity. Findings reveal that historical marginalization, informality in activities, and institutional disorganization limit its economic potential, despite its relevance in sectors like tourism, education, and fashion. The study concludes that integrating capoeira into the creative economy requires intersectoral policies, formalization of productive chains, and training for mestres (masters) as cultural entrepreneurs to balance tradition and innovation. Emphasizing capoeira's dual role as a cultural symbol and economic asset, the research advocates for its recognition as a strategic activity for social inclusion and sustainable

REVISTA TÓPICOS - ISSN: 2965-6672

REVISTA TÓPICOS

development.

Keywords: Capoeira. Creative economy. Economic informality.

1 Introdução

A capoeira, reconhecida como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade pela UNESCO (2014) e símbolo de resistência afro-brasileira, ocupa um lugar paradoxal no cenário nacional: embora seja uma prática cultural de profunda relevância histórica e identitária, sua integração às estruturas formais da economia criativa permanece marginal. Esse contraste entre valor simbólico e subexploração econômica reflete desafios estruturais que envolvem desde heranças coloniais e racismo institucional até a falta de políticas públicas efetivas. Nesse contexto, este artigo busca investigar por que a capoeira, mesmo com seu potencial multifacetado, ainda é subutilizada como vetor de geração de renda e desenvolvimento comunitário no Brasil contemporâneo, problematizando entraves históricos, sociais e institucionais que perpetuam essa lacuna.

O tema ganha relevância à medida que a economia criativa se consolida globalmente como estratégia de desenvolvimento sustentável, baseada em bens simbólicos e culturais. No Brasil, setores como música, cinema e design têm recebido atenção governamental e privada, mas práticas de matriz afrodiaspórica, como a capoeira, seguem à margem desse ecossistema. Conceitos-chave como “economia criativa” (Howkins, 2001), “patrimônio imaterial” (UNESCO, 2003) e “informalidade econômica” (IBGE, 2020) orientam a análise, articulando debates sobre valorização cultural, inclusão produtiva e políticas públicas.

REVISTA TÓPICOS - ISSN: 2965-6672

REVISTA TÓPICOS

O objetivo central deste estudo é analisar os fatores que limitam a profissionalização da capoeira e propor caminhos para sua inserção na economia criativa, considerando sua complexidade como manifestação híbrida (arte, luta, ritual). Para isso, discute-se:

1. Os entraves históricos ligados à criminalização e ao racismo estrutural;
2. As possibilidades de integração em cadeias produtivas culturais;
3. O papel das políticas públicas na formalização e no fomento;
4. Os impactos da informalidade na sustentabilidade das atividades.

As controvérsias em torno do tema incluem tensões entre a comercialização e a preservação cultural, além de críticas à instrumentalização da capoeira por agendas governamentais sem diálogo com mestres e comunidades tradicionais. Autores como Bolaño (2023) e Cunha et al. (2014) destacam que a expansão internacional da capoeira não se traduziu em reconhecimento econômico legal, reforçando assimetrias históricas.

Quanto à metodologia, este trabalho adota uma abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica crítica de artigos, livros, relatórios institucionais e documentos legais. Foram priorizadas fontes que discutem a capoeira sob perspectivas históricas, antropológicas e econômicas, com ênfase em publicações dos últimos 20 anos. A análise foi organizada em três eixos:

REVISTA TÓPICOS - ISSN: 2965-6672

REVISTA TÓPICOS

1. Contextualização histórica e sociocultural da capoeira;
2. Diagnóstico de sua inserção na economia criativa;
3. Discussão de políticas públicas e estratégias de formalização.

Este artigo estrutura-se em cinco seções: além desta introdução, apresenta um referencial teórico sobre economia criativa e patrimônio cultural, seguido de uma análise crítica dos desafios da capoeira, considerações sobre políticas públicas e, por fim, as conclusões, que sintetizam proposições para transformar a capoeira em motor de desenvolvimento inclusivo. Ao integrar múltiplas perspectivas, busca-se contribuir para um debate urgente: como conciliar a preservação de tradições ancestrais com a geração de oportunidade econômicas em um país marcado por desigualdades estruturais.

2 A Capoeira e sua Inserção na Economia Criativa Brasileira

Apesar de seu reconhecimento como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade pela UNESCO, a capoeira permanece, em grande medida, à margem das estruturas formais da economia criativa no Brasil. Trata-se de uma manifestação cultural de notável complexidade simbólica, estética e histórica, que integra elementos de luta, dança, música e oralidade. Contudo, seu vasto potencial como vetor de desenvolvimento econômico e inclusão social ainda é pouco explorado pelas políticas públicas e pelo mercado formal. Embora a prática da capoeira envolva setores diversos, como a educação, o turismo, o entretenimento, a moda e o esporte, faltam-

REVISTA TÓPICOS

lhe políticas estruturantes de fomento, regulamentações específicas e estratégias de profissionalização que possibilitem sua plena integração nas dinâmicas da economia cultural (Bolaño, 2023).

O contexto histórico ajuda a explicar essa marginalização. Desde o século XIX, a capoeira foi associada à criminalidade e à desordem pública, culminando na sua repressão institucionalizada com o Código Penal de 1890, que a classificou como contravenção penal (Reis, 1993). Apesar de iniciativas posteriores de institucionalização e esportivização notadamente como o surgimento da capoeira Regional de Mestre Bimba e o reconhecimento da capoeira Angola como tradição, o estigma social, a informalidade e a ausência de políticas de incentivo têm dificultado sua valorização econômica. Como observa Paulo Montero (1999), as manifestações culturais populares foram incorporadas ao projeto nacional apenas a partir do Estado Novo, com o intuito de construir uma identidade nacional mestiça. No entanto, esse processo também implicou na domesticação e no controle simbólico dessas práticas, sem necessariamente promover sua sustentabilidade econômica.

Ainda que iniciativas pontuais tenham buscado integrar a capoeira em projetos de inclusão social, sobretudo em comunidades periféricas e em ações internacionais de diplomacia cultural, sua participação efetiva na cadeia produtiva da cultura segue limitada. A ausência de reconhecimento formal da profissão de mestre de capoeira, por exemplo, impede o acesso a benefícios previdenciários, crédito, financiamento e formação técnica. A informalidade, portanto, compromete não apenas a sustentabilidade das

REVISTA TÓPICOS

atividades econômicas vinculadas à capoeira, como também ameaça sua transmissão intergeracional e a autonomia de suas comunidades praticantes (Vieira, 1998).

Nesse cenário, surge a seguinte questão norteadora: por que a capoeira, mesmo com seu amplo valor cultural e potencial econômico, continua sendo subexplorada como fonte legítima de geração de renda e desenvolvimento comunitário no Brasil contemporâneo? Esta indagação remete a um conjunto de desdobramento que exigem análise crítica: os entraves históricos, institucionais e sociais à profissionalização da capoeira; as possibilidades de sua inserção formal na economia criativa e no empreendedorismo cultural; as políticas públicas e estratégias de empreendedorismo cultural; as políticas públicas e estratégias de fomento necessárias à valorização da prática como ativo econômico; e, por fim, os impactos da informalidade sobre a sustentabilidade e reconhecimento das atividades associadas à capoeira.

Como enfatiza Bolaño (2023), embora a capoeira tenha passado por um processo de esportivização semelhante ao de outras práticas corporais no século XX, ela carrega uma singularidade: sua expansão nacional e internacional foi impulsionada sobretudo por agentes do mundo da vida, como mestres autônomos e coletivos locais, e não por grandes corporações ou políticas sistemáticas de incentivo. Isso revela uma contradição central: ao mesmo tempo que a capoeira resiste à lógica mercantil e estatal, preservando seu caráter de arte popular e insubmissa, ela carece de reconhecimento institucional que possibilite sua valorização econômica

REVISTA TÓPICOS

sem descaracterizá-la. Assim, compreender a capoeira como patrimônio vivo e estratégia de desenvolvimento requer políticas públicas sensíveis às suas especificidades culturais, históricas e sociais, capazes de articular tradição e inovação de forma inclusiva e emancipatória.

3 A Capoeira como Patrimônio Cultural e a Marginalização na Economia Criativa: uma Problemática Estrutural

Apesar de ser reconhecida pela UNESCO como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade e possuir expressiva relevância identitária, social e histórica, a capoeira continua à margem das estruturas formais da economia criativa no Brasil. Em um país que promove discursos sobre diversidade, ancestralidade e inclusão cultural, a capoeira permanece carente de políticas públicas estruturadas, estratégias de profissionalização e fomento que possibilitem sua consolidação como vetor legítimo de desenvolvimento econômico e inclusão social.

Historicamente marginalizada, a capoeira passou por diversos processos de legitimação e reorganização identitária. Desde sua criminalização pelo Código Penal de 1890, até sua reinserção por meio de iniciativas como a “Luta Regional Baiana” de Mestre Bimba e os discursos de ancestralidade promovidos por Mestre Pastinha, a prática lutou para ganhar aceitação institucional e social (Cunha et al., 2014). A complexidade dessas vertentes demonstra como a capoeira foi formatada não apenas como prática corporal, mas como símbolo de disputas políticas, sociais e culturais, que ainda reverberam no cenário atual (Pollak, 1992; Vieira, 1996).

REVISTA TÓPICOS

Segundo Cunha et al. (2014), a memória social da capoeira foi construída por múltiplos grupos e agentes que buscavam fixar suas narrativas em estruturas de poder simbólico, evidenciando que a legitimação da prática está vinculada a processos seletivos de reconhecimento e apagamento. Esse caráter fragmentado da memória da capoeira contribui para a ausência de uma política unificada que a reconheça como atividade econômica estratégica. Embora a prática esteja presente em mais de 150 países, seja ensinada em instituições educacionais e contribua para o turismo e a difusão da língua portuguesa, seu potencial permanece subexplorado no Brasil (Vieira & Assunção, 2009).

Diante disso, a presente problemática se impõe: por que a capoeira, mesmo como seu amplo valor cultural econômico, continua sendo subexplorada como fonte legítima de geração de renda e desenvolvimento comunitário no Brasil contemporâneo?

Essa questão desdobra-se em reflexões críticas e interdependentes:

- Quais são os entraves históricos, institucionais e sociais que dificultam sua profissionalização e inserção formal na economia criativa?
- Como políticas públicas específicas e estratégias de fomento cultural poderiam transformar a capoeira em um motor de desenvolvimento econômico sustentável?

REVISTA TÓPICOS

- Em que medida a informalidade compromete a sustentabilidade das atividades relacionadas à capoeira e impede a consolidação de um ecossistema cultural economicamente viável?

Os estudos de Vieira (2012) apontam que, mesmo após sua inscrição como patrimônio cultural pelo IPHAN em 2008, a capoeira ainda carece de ações integradas entre as esferas governamentais, o setor privado e os mestres tradicionais para que possa ser incorporada de forma sistêmica às dinâmicas do empreendedorismo cultural. A construção da capoeira enquanto bem simbólico não tem sido acompanhada de uma equiparação em termos de infraestrutura, financeira e reconhecimento profissional.

É preciso, portanto, repensar a capoeira para além do folclore ou da manifestação simbólica e compreender sua potência enquanto economia da cultura. Isso implica incluir seus mestres e praticantes em programas de capacitação empreendedora, fomentar espaços de visibilidade comercial e institucional, além de assegurar direitos previdenciários e trabalhistas que garantam sustentabilidade à prática. Como afirma Cunha et al. (2014), a capoeira é corpo, identidade e memória, mas também pode ser mercado, inovação e desenvolvimento.

4 A Capoeira e a Economia Criativa: Problematizando a Subexploração de um Patrimônio Cultural Brasileiro

Apesar de a capoeira ser reconhecida como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade pela UNESCO (2014) e pelo IPHAN (2008), sua inserção nas estruturas formais da economia criativa brasileira ainda é limitada.

REVISTA TÓPICOS

Essa manifestação cultural afro-brasileira, que reúne elementos de luta, dança, música, teatralidade e filosofia ancestral, possui inegável potencial para impulsionar o desenvolvimento econômico e promover a inclusão social. No entanto, mesmo movimentando setores como turismo, educação, entretenimento, moda e esportes, a capoeira continua sendo subvalorizada como vetor estratégico de geração de renda e sustentabilidade para comunidades tradicionais. (Observatório da Economia Criativa da Bahia [OBEC], 2023).

O relatório “Capoeira de Salvador: Economia Criativa e Gestão Cultural” (OBEC, 2023) revela que a maioria dos grupos de capoeira carece de estrutura organizacional formalizada, acesso a espaços próprios e profissionais especializados para auxiliar na gestão. Apenas 26,8% dos grupos possuem sede própria, sendo que uma parcela significativa depende de espaços públicos ou cedidos gratuitamente, o que compromete a continuidade das atividades e a fidelização dos alunos. Além disso, 95,5% dos grupos não contam com equipe fixa de apoio para funções administrativas ou culturais, evidenciando um padrão de informalidade que afeta diretamente sua sustentabilidade econômica (OBEC, 2023).

Diante desse cenário, emerge a seguinte questão-problema: por que a capoeira, mesmo com seu amplo valor cultural e potencial econômico, continua sendo subexplorada como fonte legítima de geração de renda e desenvolvimento comunitário no Brasil contemporâneo? A resposta a essa pergunta exige uma abordagem multidimensional, que considere os entraves históricos, institucionais e sociais que dificultam a

REVISTA TÓPICOS

profissionalização da capoeira, bem como ausência de políticas públicas efetivas que promovam sua valorização enquanto bem econômico.

A informalidade e a ausência de reconhecimento institucional não apenas inviabilizam o acesso dos mestres e grupos de capoeira a editais, financiamentos e linhas de créditos, como também dificultam a criação de modelos de negócios sustentáveis. Essa condição marginaliza a capoeira dentro do próprio campo da economia criativa, que, segundo Lima (2009), compreende atividades baseadas no conhecimento e na criatividade como recursos econômicos centrais. A carência de dados oficiais, indicadores econômicos e metodologias específicas também impede o mapeamento preciso das cadeias produtivas da capoeira, fator que compromete o planejamento de políticas públicas direcionadas (OBEC, 2023).

Ao mesmo tempo, observa-se uma expansão internacional da capoeira, presente em mais de 150 países (Fundação Palmares, 2023), o que evidencia seu valor como ativo cultural global. A contradição entre seu reconhecimento simbólico e a precarização de suas bases materiais reflete uma falha estrutural no aproveitamento das expressões culturais tradicionais no desenvolvimento econômico nacional. Inserir a capoeira de forma estruturada na economia criativa demanda a articulação entre mestres, associações, universidades e gestores públicos, além da criação de instrumentos legais e institucionais capazes de garantir proteção, financiamento e profissionalização.

Portanto, é fundamental desenvolver estratégias de fomento, como programas de capacitação em gestão cultural, incubadoras de negócios

REVISTA TÓPICOS - ISSN: 2965-6672

REVISTA TÓPICOS

criativos, linhas de créditos específicas e políticas de reconhecimento e contratação de serviços de capoeira no setor público e privado. Também se faz necessário um esforço sistemático de documentação, valorização e visibilidade da contribuição econômica da capoeira, com base em pesquisas interdisciplinares e dados empíricos confiáveis (OBEC, 2023). Somente por meio dessas ações será possível transformar a capoeira em um motor de desenvolvimento econômico, sem que se percam seus valores identitários e sociais.

5 A capoeira e os Desafios da Inserção na Economia Criativa Brasileira: Um Olhar Sobre a Problemática da Profissionalização e Valorização Econômica

A capoeira, reconhecida como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade pela UNESCO, constitui-se não apenas como expressão artística e esportiva, mas também como elemento identitário e histórico do povo brasileiro. Mesmo com sua ampla difusão nacional e internacional, a capoeira continua a ocupar uma posição marginal nas estruturas formais da economia criativa no Brasil. Embora atue de forma transversal em diversos setores como educação, turismo, moda, entretenimento e esporte, a ausência de políticas públicas eficazes, estruturas de fomento e estratégias consistentes de profissionais ainda compromete seu desenvolvimento como vetor de inclusão social e geração de mesmo com seu amplo valor cultural e potencial econômico, continua sendo subexplorado como fontes legítima de desenvolvimento comunitário e econômico no Brasil contemporâneo?

REVISTA TÓPICOS

Entre os principais entraves que dificultam a profissionalização da capoeira, destacam-se barreiras históricas e institucionais relacionadas à sua origem marginalizada e às heranças do racismo estrutural, que ainda influenciam o reconhecimento social e econômico das manifestações culturais afro-brasileiras (Cunha et al., 2014). A ausência de normatização das atividades profissionais de mestres e professores de capoeira e a predominância da informalidade nas relações de trabalho também contribuem para um cenário de instabilidade financeira e social dos praticantes.

Um estudo recente de Oliveira et al. (2023) aponta que o nível de escolaridade e a diversificação da capacitação técnica estão diretamente associados à remuneração dos capoeiristas. A cada aumento no nível educacional, as chances de incremento na renda salarial aumentam em 2,9 vezes. Além disso, a ampliação dos meios de capacitação técnica eleva em 34,2% a possibilidade de aumento na remuneração. Tais dados evidenciam que o investimento em formação e qualificação pode ser um caminho para transformar a capoeira em uma prática economicamente viável e sustentável.

Contudo, a informalidade ainda compromete a sustentabilidade das atividades econômicas relacionadas à capoeira. A inexistência de vínculos formais de trabalho, o acesso limitado a políticas de incentivo e o baixo reconhecimento da profissão dificultam o planejamento financeiro, o acesso a crédito e a participação em editais públicos e privados. Essa realidade exige políticas públicas que reconheçam a capoeira como

REVISTA TÓPICOS

segmento estratégico da economia criativa, promovendo a formalização, capacitação, inserção em redes de empreendedorismo cultural e acesso a mecanismos de fomento.

Trindade (2021) destaca que a capoeira reúne diversas linguagens e habilidades corporais, musicais, verbais e poéticas, configurando-se como um instrumento educacional e de integração social. Sua expansão internacional, com presença em mais de 150 países, comprova seu potencial enquanto produto cultural exportável, com capacidade de gerar divisas e promover a cultura brasileira no exterior. No entanto, essa potência cultural ainda não se traduz em reconhecimento institucional e apoio sistêmico no Brasil.

Diante desse cenário, é imperativo que gestores públicos, agentes culturais e instituições de ensino desenvolvam estratégias integradas que promovam a profissionalização da capoeira e sua inserção que promovem a profissionalização da capoeira e sua inserção na economia criativa. Isso envolve não apenas o fomento à formação técnica e educacional dos praticantes, mas também a construção de políticas de reconhecimento, valorização e financiamento das atividades culturais periféricas. Como salienta Schultz (1961, 1967), o investimento em capital humano por meio da educação e capacitação é fundamental para o crescimento econômico e social das nações, o que se aplica também ao universo da capoeira.

Portanto, a superação da marginalização da capoeira no cenário econômico nacional depende da valorização de seus agentes culturais, da ampliação de políticas públicas e do reconhecimento de seu papel estratégico para o

REVISTA TÓPICOS - ISSN: 2965-6672

REVISTA TÓPICOS

desenvolvimento sustentável e a promoção da diversidade cultural no Brasil.

6 Capoeira e Economia Criativa: Desafios da Valorização Cultural e Inclusão Econômica no Brasil

Apesar de seu reconhecimento como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade pela UNESCO desde 2014, a capoeira permanece, paradoxalmente, à margem das políticas estruturais que moldam a economia criativa brasileira. Essa contradição é particularmente evidente quando se considera que a capoeira movimenta uma diversidade de setores como educação, turismo, entretenimento, moda e esportes, mas continua sem o respaldo institucional necessário para sua plena valorização como vetor de desenvolvimento econômico e inclusão social (UNESCO, 2014; IPHAN, 2014).

Segundo Adorno (2017), a capoeira constitui não apenas uma prática física e artística, mas expressão simbólica de resistência histórica afro-brasileira, uma herança transmitida intergeracionalmente com forte potencial de geração de identidade, coesão social e dinamismo econômico. No entanto, como afirmam Souza e Neto de Jesus (2022), mesmo em comunidades em que a capoeira é elemento constitutivo da identidade local como é o caso de Furnas do Dionísio (MS) sua prática se restringe a datas comemorativas e ações pontuais, sem estrutura de continuidade ou projetos de fomento institucionalizados.

REVISTA TÓPICOS

A problemática central que emerge desse cenário é: por que a capoeira, mesmo com seu amplo valor cultural e potencial econômico, continua sendo subexplorada como fonte legítima de geração de renda e desenvolvimento comunitário no Brasil contemporâneo?

Essa questão pode ser desdobrada em quatro eixos de análise. Primeiramente, é fundamental examinar os entraves históricos e institucionais que dificultam a profissionalização da capoeira. Desde sua criminalização no período republicano até sua tardia legitimação como manifestação cultural, a trajetória da capoeira foi marcada por estigmas que ainda reverberam em sua inserção formal nas políticas públicas (Oliveira, 2009; Vieira, 2004).

Em segundo lugar, é necessário discutir de que forma a capoeira pode ser inserida formalmente na economia criativa e no empreendedorismo cultural. Como exemplo positivo, o projeto de turismo étnico-cultural no Quilombo Monte Alegre (ES), citado pelo Ministério do Turismo (Brasil, 2009), demonstra que, com políticas públicas adequadas, a capoeira pode integrar cadeias produtivas do turismo, da educação e da cultura, promovendo geração de renda e valorização identitária.

Terceiro, cabe questionar como políticas públicas e estratégias de fomento poderiam potencializar a capoeira como atividade econômica sustentável. Leite (2011) destaca a necessidade de uma gestão compartilhada entre Estado e sociedade civil para criar mecanismos de financiamento, capacitação e infraestrutura voltadas às expressões culturais de base comunitária. No caso de Furnas do Dionísio, por exemplo, mesmo com

REVISTA TÓPICOS - ISSN: 2965-6672

REVISTA TÓPICOS

ações esporádicas e projetos pontuais (Souza & Neto de Jesus, 2022), ainda não se observa uma política de longo prazo voltado ao desenvolvimento local a partir da capoeira.

Por fim, é imperativo avaliar como a informalidade compromete a sustentabilidade dessas atividades. A ausência de regularização, regulamentação profissional e acesso a crédito limita o potencial transformador da capoeira. Conforme Colasante (2010), práticas culturais fortemente enraizadas no cotidiano podem ser invisibilizadas justamente por sua naturalização, o que dificulta sua institucionalização e seu acesso às estruturas formais de apoio.

Assim, a capoeira, enquanto bem cultural imaterial e expressão legítima da diversidade brasileira, exige um reposicionamento estratégico nas políticas públicas. Somente com o fortalecimento de mecanismos de valorização, capacitação e inserção produtiva será possível converter sua força simbólica em instrumento real de transformação social e econômica.

7 Capoeira como Potencial Econômico e Cultural: Uma Problemática em Torno da Subexploração na Economia Criativa Brasileira

Apesar de seu reconhecimento como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade pela UNESCO desde 2014 e como patrimônio cultural imaterial do Brasil pelo IPHAN desde 2008 (Lussac & Tubino, 2009), a capoeira ainda se encontra à margem das estruturas formais da economia criativa no Brasil. Essa marginalização ocorre mesmo diante de sua comprovada relevância cultural, social e educacional. Iniciativas como o

REVISTA TÓPICOS

Ponto de Cultura Afrobrasilidade, coordenada pelo Instituto Jogo de Mandinga de Capoeira (IJDM), revelam o potencial da capoeira para promover inclusão social, preservação da identidade afro-brasileira e formação cidadã (Costa & Nunes, 2024). Ainda assim, a ausência de políticas públicas estruturadas, estratégias de profissionalização e apoio financeiro adequado limita sua inserção efetiva como vetor de desenvolvimento econômico sustentável.

A problemática da subexploração da capoeira pode ser compreendida à luz de diversos entraves históricos, institucionais e sociais. Historicamente marginalizada e criminalizada até o início do século XX, a capoeira carrega consigo o estigma da informalidade, o que dificulta sua inserção em circuitos formais de financiamento, regulação e reconhecimento profissional (Ferreira Neto, 2014). Soma-se a isso a carência de políticas culturais que compreendam sua complexidade como manifestação híbrida que reúne arte, educação, esporte e religiosidade dificultando o enquadramento em categorias tradicionais de fomento.

No que tange ao campo da economia criativa, a capoeira movimenta setores como turismo, moda, entretenimento e educação, sendo, portanto, uma prática com alto potencial para a geração de renda, emprego e circulação simbólica e econômica. A experiência do projeto Afrobrasilidade, ao oferecer aulas de capoeira, musicalização e danças de matrizes africanas a crianças e adolescentes, comprova que a prática da capoeira transcende o campo lúdico e esportivo, sendo um potente instrumento de transformação social e econômica (Costa & Nunes, 2024). No entanto, a sustentabilidade

REVISTA TÓPICOS

dessas atividades ainda é comprometida pela informalidade, pela escassez de investimentos públicos e pela desarticulação entre os diferentes níveis de governo e os agentes culturais envolvidos.

Inserir a capoeira formalmente na economia criativa e no empreendedorismo cultural exige uma abordagem multissetorial, que envolva políticas públicas integradas, marcos regulatórios adequados, incentivos fiscais e linhas de crédito específicas para mestres, grupos e projetos. A valorização de saberes ancestrais e a estruturação de cadeias produtivas locais que incluem desde a confecção de instrumentos e vestimentas até a organização de eventos e festivais podem fomentar economias criativas de base comunitária (Abib, 2006; Farina, 2011). Além disso, é imperativo investir na formação técnica e na capacitação gerencial de mestres e praticantes, para que possam atuar como empreendedores culturais, articulando tradição e inovação.

Nesse sentido, políticas de fomento cultural, como os Pontos de Cultura, demonstraram ser um caminho viável, mas ainda insuficiente. É necessário que tais políticas se expandam e se articulem com outras esferas como educação, esportes, turismo e desenvolvimento econômico para potencializar os impactos positivos da capoeira como ferramenta de transformação e desenvolvimento. A informalidade, por sua vez, além de comprometer a sustentabilidade financeira dessas iniciativas, impede que praticantes tenham acesso a direitos trabalhistas, previdenciários e de reconhecimento profissional, aprofundando desigualdades sociais e econômicas.

REVISTA TÓPICOS

Diante disso, formula-se a seguinte questão norteadora: por que a capoeira, mesmo com seu amplo valor cultural e potencial econômico, continua sendo subexplorada como fonte legítima de geração de renda e desenvolvimento comunitário no Brasil contemporâneo? A resposta a essa pergunta exige uma análise crítica e interdisciplinar, que considere não apenas os aspectos simbólicos e culturais da capoeira, mas também sua capacidade de protagonizar novos modelos de economia criativa, baseados na valorização da diversidade cultural, na justiça social e na sustentabilidade.

8 A Capoeira na Economia Criativa: Entre o Reconhecimento Cultural e os Desafios Socioeconômicos

A capoeira, reconhecida como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade pela UNESCO em 2014 (UNESCO, 2014), é uma manifestação afro-brasileira que transcende sua origem como resistência à escravidão colonial (Ponso & Araújo, 2014). No entanto, apesar de seu valor simbólico e interdisciplinar abrangendo educação, arte, música e história, sua integração à economia criativa brasileira permanece limitada. Este fenômeno reflete entraves históricos, institucionais e sociais que impedem sua plena profissionalização e aproveitamento econômico.

A marginalização da capoeira tem raízes no período pós-abolição, quando sua prática foi associada à criminalidade pelo Código Penal de 1890 (Brasil, 1890). Castilha (2012) ressalta que, mesmo após a descriminalização em 1941, a arte carrega estigmas de “coisa de marginal”, afetando sua aceitação social. Essa herança histórica explica, em parte, a

REVISTA TÓPICOS

dificuldade em consolidar a capoeira como atividade econômica legítima. Além disso, a informalidade persiste como marca das rodas de capoeira, muitas vezes organizadas sem estruturas jurídicas ou financeiras estáveis (Silva & Heine, 2008).

No âmbito educacional, embora a Lei 10.639/03 exija o ensino da cultura afro-brasileira, a falta de formação específica dos professores de Educação Física limita sua aplicação pedagógica (Ponso & Araújo, 2014). Essa lacuna reflete uma desconexão entre o potencial educativo da capoeira e sua valorização profissional, perpetuando sua invisibilidade em setores formais.

A inserção da capoeira na economia criativa demanda políticas públicas que reconheçam sua multifuncionalidade. Campos (2001) defende que a capoeira pode impulsionar setores como turismo cultural, moda (com trajes e instrumentos artesanais) e entretenimento (via espetáculos e festivais). No entanto, a ausência de financiamento e de programas de capacitação para mestres dificulta essa transição.

A criação de cooperativas ou associações de capoeiristas, aliada a editais culturais direcionados, poderia formalizar atividades econômicas relacionadas à prática. Por exemplo, a produção de berimbau e atabaques, hoje artesanal, poderia ser escalonada com apoio técnico e acesso a mercados (Paula & Bezerra, 2014). Além disso, a integração da capoeira em roteiros turísticos étnicos como os quilombos urbanos agregaria valores simbólicos e geraria renda para comunidades periféricas.

REVISTA TÓPICOS

A informalidade compromete a sustentabilidade econômica da capoeira. Mestres e professores frequentemente atuam sem contratos ou benefícios trabalhistas, dependendo de eventos esporádicos (Nunes, 2011). Essa precariedade desestimula jovens a seguirem a carreira, perpetuando ciclos de desvalorização. Radicchi (2013) alerta que, sem registros formais e proteção intelectual, elementos da capoeira como toques musicais e movimentos correm risco de apropriação indevida por terceiros.

9 Considerações Finais

A análise desenvolvida ao longo deste trabalho evidenciou que, apesar do reconhecimento da capoeira como Patrimônio Cultural Imaterial e de seu potencial multifacetado, sua integração à economia criativa brasileira permanece limitada por entraves históricos, institucionais e sociais. A marginalização histórica, marcada pela criminalização no pós-abolição e pela persistência de estigmas associados às expressões afro-brasileiras, reflete-se na ausência de políticas públicas estruturadas e na precarização das relações de trabalho dos mestres e praticantes.

A informalidade, a falta de regulamentação profissional e a desarticulação entre setores públicos, privados e comunitários comprometem não apenas a geração de renda, mas também a sustentabilidade e a transmissão intergeracional dessa prática.

Para superar esses desafios, são necessárias estratégias integradas que articulem o reconhecimento simbólico da capoeira a mecanismos concretos de valorização econômica. Isso inclui a criação de políticas públicas

REVISTA TÓPICOS

intersectoriais (cultura, educação, turismo), a formalização das atividades por meio de cooperativas e associações, e o fomento à capacitação técnica e gerencial de mestres como empreendedores culturais. Futuros estudos poderiam aprofundar o mapeamento das cadeias produtivas da capoeira e avaliar a eficácia de modelos de gestão participativa, visando equilibrar preservação cultural e inserção econômica. Somente assim, a capoeira poderá transcender sua condição marginal e consolidar-se como vetor legítimo de desenvolvimento comunitário e inclusão social no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abib, P. R. J. (2006). Os velhos capoeiras ensinam pegando na mão. Cadernos CEDES, 26, 86–98.

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/cadernoscedes/article/view/1601>

Adorno, C. (2017). A arte da capoeira. Independent Publisher.

<https://www.amazon.com.br/arte-Capoeira-Camille-Adorno-ebook/dp/B077TH6L5W>

Bolaño, C. R. S. (2023). Esporte e capoeira: Identidade nacional e globalização. Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura, 25(1), 183–202.

<https://doi.org/10.54786/revistaeptic.v25i1.19184>

Brasil. Ministério do Turismo. (2009). Caxambu, angu de banana, história, arte e natureza: Atrativos turísticos da Comunidade Quilombola de Monte Alegre. <https://www.gov.br/turismo/pt-br>

REVISTA TÓPICOS - ISSN: 2965-6672

REVISTA TÓPICOS

Colasante, T. (2010). A relação entre patrimônio histórico-cultural e memória no município de Ortigueira-PR e sua potencialidade para o turismo [Trabalho de conclusão de curso, Universidade Estadual de Londrina].

<https://www.uel.br/pos/historia/pages/arquivos/colasantetcc2010.pdf>

Costa, M. da S., & Nunes, L. N. F. (2024). Ponto de Cultura Afrobrasilidade: Ancestralidade, patrimônio e resistência através da capoeira. Revista de Comunicação Científica – RCC, 14, 150–157.

<https://periodicos.unemat.br/index.php/RCC/article/view/6721>

Cunha, I. M. C. F. da, Vieira, L. R., Tavares, L. C. V., & Sampaio, T. M. V. (2014). Capoeira: A memória social construída por meio do corpo. Movimento, 20(2), 735–755. <https://doi.org/10.22456/1982-8918.42052>

Farina, S. (2011). Pedagogia da mandinga: A capoeira como expressão de liberdade no currículo escolar e no mundo da rua. Revista Didática Sistêmica, 13.

Fundação Palmares. (2023, junho 5). Dia do Capoeirista celebra uma das maiores expressões culturais brasileiras. <https://www.gov.br/palmares/pt-br/assuntos/noticias/dia-do-capoeirista-celebra-uma-das-maiores-expressoes-culturais-brasileiras>

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). (2008). Registro da Roda de Capoeira e do Ofício dos Mestres de Capoeira como Patrimônio Cultural do Brasil. <https://www.gov.br/iphan/pt->

REVISTA TÓPICOS - ISSN: 2965-6672

REVISTA TÓPICOS

br/assuntos/patrimonio-cultural/patrimonio-imaterial/dossies-e-registros/roda-de-capoeira

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. (2014). Patrimônio imaterial. Coleção Mapa do Patrimônio Cultural no Brasil. <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/58>

Leite, E. (2011). Turismo cultural e patrimônio imaterial no Brasil. INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. <https://www.portalintercom.org.br>

Lima, M. C. (2009). Economia da cultura e desenvolvimento: Uma perspectiva crítica. Anita Garibaldi.

Observatório da Economia Criativa da Bahia. (2023). Capoeira de Salvador: Economia criativa e gestão cultural. Universidade Federal da Bahia. <https://obec.ufba.br/capoeira-de-salvador-economia-criativa-e-gestao-cultural/>

Observatório da Economia Criativa da Bahia (OBEC). (2023). Capoeira de Salvador: Economia Criativa e Gestão Cultural. Pinaúna Editora. <https://obec.ufba.br/wp-content/uploads/2023/11/Relatorio-final-Capoeira-de-Salvador-Economia-Criativa-e-Gestao-Cultural.pdf>

Oliveira, A. C. de, Santana, M. D. S. S., Moreira, D. V. S., Santana, M. S., Souza, T. A. V. M. de, Monteiro, J. P. P., Maduro, L. A. R., & Moreira, S. R. (2023). Escolaridade e capacitação técnica de capoeiristas: Associações

REVISTA TÓPICOS

com e entre renda salarial e qualidade de vida. *Educação, Sociedade & Culturas*, 66, 1–18. <https://doi.org/10.24840/esc.vi66.469>

Oliveira, J. P. (2009). *Capoeira, identidade e gênero: Ensaio sobre a história social da capoeira no Brasil*. EDUFBA. <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/15430>

Santos, F. A. dos, & Lima, R. A. de. (2021). A arte da capoeira e sua relação com o turismo na comunidade quilombola de Furnas do Dionísio (Jaraguari-MS). *Revista CULTUR*, 15(2), 13–35. <https://periodicos.uesc.br/index.php/cultur/article/view/3383>

Santos, M. M. P., & Pereira, L. C. P. (2023). Ponto de Cultura Afrobrasilidade: Ancestralidade, patrimônio e resistência através da capoeira. *Revista de Comunicação Científica*, 1(14). <https://periodicos.unemat.br/index.php/rcc/article/view/12076>

Schultz, T. W. (1961). Investment in human capital. *The American Economic Review*, 51(1), 1–17. <https://www.jstor.org/stable/1818907>

Schultz, T. W. (1967). *O valor econômico da educação*. Zahar.

Silva, J. R., & Oliveira, M. T. (2019). *Capoeira: A utilização da cultura afro-brasileira na formação integral do aluno*. Faculdade Multivix. <https://multivix.edu.br/wp-content/uploads/2019/04/capoeira-a-utilizacao-da-cultura-afro-brasileira-na-formacao-integral-do-aluno.pdf>

REVISTA TÓPICOS

Souza, E. L. P., & Neto de Jesus, D. L. (2022). A arte da capoeira e sua relação com o turismo na comunidade quilombola de Furnas do Dionísio, Jaraguari-MS. Revista CULTUR, 16(2).

<https://revista.uems.br/index.php/cultur/article/view/14641>

Trindade, F. B. (2021). Capoeira ABADÁ, de Mestre Camisa: Um novo estilo de jogar capoeira. In S. R. Moreira, S. R. Oliveira & A. C. Brito (Orgs.), Anais do VI AbadÁcadêmico: Encontro técnico-científico de capoeira (6ª ed., pp. 148–157). ABADÁ-Capoeira.

<https://www.abada.org.br/abadacademico2021>

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. (2014). Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural. <https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). (2014). Roda de Capoeira inscrita na lista do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade. <https://ich.unesco.org/pt/RL/roda-de-capoeira-00892>

Vieira, S. L. S. (2004). Da capoeira: Como patrimônio cultural [Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]. <https://sapiencia.pucsp.br/handle/handle/4099>

¹ Graduação. Especialização. Mestrando em Administração de Empresas pela Must University. E-mail. coutinho_robson@hotmail.com

REVISTA TÓPICOS - ISSN: 2965-6672